



HISTÓRIA POLÍTICA, MOVIMENTO NEGRO E FEMINISMO NEGRO: “#MARIELLE SEMENTE”, AS MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA

Ana Lúcia da Silva¹

Angelo Priori²

RESUMO

Com base no aporte teórico da Nova História Política, vislumbrando as epistemologias do Sul, ou seja, as lutas políticas e sociais de grupos e/ou movimentos sociais, como o Movimento Negro e o Feminismo Negro no Brasil, neste paper objetiva-se dar visibilidade às mulheres negras na política brasileira, por meio da trajetória de vida e legado de Marielle Franco, analisando as sementes que floresceram nas Eleições municipais 2020. Segundo o Atlas da Violência (2019), organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no contexto mundial, o Brasil é um dos quatro países que concentram 80% dos assassinatos de ativistas de Direitos Humanos. Considerando o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes, em 14 de março de 2018, o racismo estrutural e cotidiano, o patriarcado, o machismo, entre outras práticas de opressão da modernidade/colonialidade na contemporaneidade e os resultados das Eleições Municipais 2020, neste texto se tem como objetos de análise: a Agenda Marielle Franco (2020) do Instituto Marielle Franco; e os resultados das Eleições Municipais (2020), dando visibilidade ao povo negro, especificamente às mulheres negras, como em Curitiba, capital do Paraná, sul do Brasil.

Palavras-chave: História Política. Movimento Negro. Feminismo Negro. Mulheres Negras. Marielle Franco.

¹ Doutora em Educação (2018), linha de pesquisa: "Ensino, aprendizagem e formação de professores", pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Doutoranda em História, linha de pesquisa: "História Política", Programa de Pós-Graduação em História (PPH) - UEM.

² Historiador, Doutor em História, com pós-doutorado pela UFMG (2010/2011). Docente do Departamento de História - DHI, do Programa de Pós-Graduação ProfHistória - Mestrado Profissional e do Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa: "História Política". Líder do Grupo de pesquisa do CNPq: "Brasil Contemporâneo".

ABSTRACT: Based on the theoretical contribution of the New Political History, glimpsing the epistemologies of the South, that is, the political and social struggles of groups and / or social movements, such as the Black Movement and Black Feminism in Brazil, this paper aims to give visibility to black women in Brazilian politics, through Marielle Franco's life trajectory and legacy, analyzing the seeds that flourished in the 2020 municipal elections. According to the Atlas of Violence (2019), organized by the Institute for Applied Economic Research (IPEA) and the Brazilian Public Security Forum (FBSP), in the world context, Brazil is one of the four countries that concentrate 80% of the murders of human rights activists. Considering the murder of city councilor Marielle Franco and driver Anderson Pedro Gomes, on March 14, 2018, structural and everyday racism, patriarchy, machismo, among other practices of oppression of modernity / coloniality in contemporary times and the results of Municipal Elections 2020, in this text we have as objects of analysis: the Marielle Franco Agenda (2020) of the Marielle Franco Institute; and the results of the Municipal Elections (2020), giving visibility to black people, specifically black women, as in Curitiba, capital of Paraná, southern Brazil.

Keywords: Political History. Black Movement. Black Feminism. Black Women. Marielle Franco.

RESUMEN: Basado en el aporte teórico de la Nueva Historia Política, vislumbrando las epistemologías del Sur, es decir, las luchas políticas y sociales de grupos y / o movimientos sociales, como el Movimiento Negro y el Feminismo Negro en Brasil, este artículo tiene como objetivo contribuir con la visibilidad de las mujeres negras en la política brasileña, a través de la trayectoria vital y el legado de Marielle Franco, analizando las semillas que florecieron en las elecciones municipales de 2020. Según el Atlas de la Violencia (2019), organizado por el Instituto de Investigaciones Económicas Aplicadas (IPEA) y el Foro Brasileño de Seguridad Pública (FBSP), en el contexto mundial, Brasil es uno de los cuatro países que concentran el 80% de los asesinatos de activistas de derechos humanos. Considerando el asesinato de la concejala Marielle Franco y el conductor Anderson Pedro Gomes, el 14 de marzo de 2018, el racismo estructural y cotidiano, el patriarcado, el machismo, entre otras prácticas de opresión de la modernidad / colonialidad en la época contemporánea y los resultados de las Elecciones Municipales 2020, en este texto tenemos como objetos de análisis: la Agenda Marielle Franco (2020) del Instituto Marielle Franco; y los resultados de las Elecciones Municipales (2020), dando visibilidad a los negros, específicamente a las mujeres negras, como en Curitiba, capital de Paraná, sur de Brasil.

Palabras-clave: Historia política. Movimiento negro. Feminismo negro. Mujeres negras. Marielle Franco.

Introdução

[...] Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado [...]

Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

História pra ninar gente grande (2019)
Estação Primeira de Mangueira

A História do Brasil pode ser ensinada e aprendida em diferentes espaços sociais, por meio da educação formal, nas escolas e nas Instituições de Ensino Superior, como nas universidades, e também, na vida cotidiana e em espaços de educação informal, como nos movimentos sociais, nos quilombos urbanos das cidades na contemporaneidade, ou seja, nas organizações ou coletivos negros das favelas, nos terreiros ou nas quadras das escolas de samba cariocas e seus desfiles de carnaval.

No carnaval carioca de 2019, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira, apresentou o enredo e o samba-enredo “História pra ninar gente grande”. O enredo estava sob coordenação do carnavalesco Leandro Vieira e o samba-enredo foi composto por Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Márcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino, tendo como intérprete Marquinho Art’Samba.

Leandro Vieira nas notas explicativas sobre o enredo afirmou que a Mangueira apresentou outro olhar possível da História do Brasil, desconstruindo a narrativa heroica e versões elitizadas. Por isso, asseverou-se que “levando em conta apenas poucos mais de 500 anos, a narrativa tradicional escolheu seus heróis, selecionou os feitos bravios, ergueu monumentos, batizou ruas e avenidas, e assim, [...] índios, negros, mulatos e pobres não viraram estátua” (LIESA, Mangueira, 2019, p. 39).

Naquele carnaval, a Verde Rosa questionou a narrativa tradicional e a História

oficial do Brasil, por meio da cultura popular negra, com samba, canto, dança e Arte carnavalesca, dando visibilidade aos múltiplos grupos sociais, como indígenas, negros, pobres e periféricos, as mulheres, especialmente as mulheres negras em diversos contextos históricos, tais como Esperança Garcia, Luiza Mahin, Maria Felipa, Leci Brandão e Marielle Franco, na Marquês de Sapucaí. Na Passarela do Samba, a Mangueira com sua comunidade e outros amantes do samba exaltaram personalidades negras, interpelando o público acerca de outras histórias e biografias negras, ou seja, apresentando outras possibilidades de se revisitar, ensinar e aprender a História do Brasil³.

Esses grupos sociais historicamente foram invisibilizados na narrativa da Historiografia Tradicional, ancorada no paradigma ocidental e eurocêntrico, ou seja, na “colonialidade e modernidade” (QUIJANO, 2010, p. 85).

Com base na Historiografia Tradicional, a narrativa da História se centrava nos “grandes homens” que compunham a vida pública e a esfera política. Esses “grandes homens” geralmente eram brancos e oriundos da elite brasileira. Disso depreende-se a importância de ressaltar que no Brasil, desde o século XIX, principalmente após a Independência, em 1822, à proporção que a História foi se constituindo enquanto disciplina, no âmbito da História Política tradicional se deu ênfase a narrativa da história dos “grandes homens” em detrimento de grupos sociais anônimos, como os indígenas, o povo negro, as mulheres, as populações pobres, as crianças, entre outros. Assim, a História oficial da nação brasileira foi sendo construída com base na biografia e no enaltecimento das ações dos “grandes homens” (BRUNELO, PRIORI, 2018; PAIXÃO, PRIORI, 2016; FONSECA, 2011; RÉMOND, 2003).

Para Jacques Julliard (1976), “a História política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem” (JULLIARD, 1976, p. 180). Julliard também afirma que a História Política tradicional é narrativa e ignora a análise dos fatos, sendo uma História factual, privilegiando os “grandes homens” e invisibilizando as massas (JULLIARD, 1976).

Ao longo do século XX, na medida em que houve o desenvolvimento dos estudos

³ Em 2019, a Estação Primeira de Mangueira se consagrou na Sapucaí, com o enredo e o samba-enredo “História pra ninar gente grande” (2019), sendo campeã do Grupo Especial, do carnaval carioca (LIESA, Colocações - Carnaval, 2019). Na perspectiva dos Estudos Culturais, o estudo da cultura popular negra no contexto da diáspora atlântica e a análise das pedagogias culturais nos sambas-enredo e das representações na Arte carnavalesca da História da África e cultura afro-brasileira, e da História do povo negro no Brasil, possibilitam repensar o ensino de História, questionar o paradigma ocidental e eurocêntrico, descolonizando o currículo escolar (SILVA, 2019; HALL, 2013).

históricos, com os *Annales*, na França, em 1929, a Historiografia Tradicional passou a ser fortemente questionada. Os historiadores franceses possibilitaram outros olhares para a História, por novas abordagens e objetos, e uma multiplicidade de fontes, registros das ações humanas. Isso teve repercussões na produção do conhecimento histórico, abrindo caminhos para uma Nova História Política, visto que a política não se restringe apenas à esfera do Estado e às ações de “grandes homens”. A política está em diferentes esferas da vida social, nas relações humanas, nos partidos políticos, nos movimentos sociais, entre outros espaços (PAIXÃO, PRIORI, 2016; RÉMOND, 2003; GOHN, 1994; JULLIARD, 1976).

Sendo assim, com base no aporte teórico da Nova História Política, vislumbrando as epistemologias do Sul, às suas lutas políticas e sociais de grupos oprimidos e/ou movimentos sociais, como o Movimento Negro e o Feminismo Negro no Brasil, neste *paper* objetiva-se dar visibilidade às mulheres negras na política brasileira, por meio da trajetória de vida e legado de Marielle Franco, analisando a Agenda Marielle Franco (2020) e as sementes que floresceram nas Eleições municipais 2020.

As epistemologias do Sul se constituem em um universo teórico, metodológico e pedagógico que questiona o pensamento ocidental e eurocêntrico, valorizando às lutas políticas e sociais de grupos oprimidos e/ou movimentos sociais que lutam contra múltiplas formas de opressão, como o colonialismo, o racismo, o patriarcado, o capitalismo, a islamofobia, homofobia, a violência doméstica, entre outras formas de opressão. As epistemologias do Sul valorizam os conhecimentos ou saberes oriundos dos grupos oprimidos e/ou movimentos sociais (SANTOS, 2019; SANTOS, MENESES, 2010).

As epistemologias do Sul se contrapõem às epistemologias do Norte. As epistemologias do Norte “concebem o Norte epistemológico eurocêntrico como sendo a única fonte de conhecimento válido” (SANTOS, 2019, p. 25), constituindo a Ciência Moderna, e ao mesmo tempo, favorecendo o “epistemicídio” (SANTOS, 2019, p. 27), a desconsideração de outros conhecimentos ou saberes oriundos de grupos oprimidos e/ou movimentos sociais (SANTOS, 2019). Isso constitui a “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2010, p. 84), a colonialidade do conhecimento (SANTOS, 2019; SANTOS, MENESES, 2010; QUIJANO, 2010).

Desta maneira, nesse texto visa-se revisitar a História do Brasil, dando visibilidade ao povo negro e as mulheres negras, com base no aporte teórico da Nova História

Política, das epistemologias do Sul, do ensino de História na perspectiva da Educação antirracista, conforme as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que estabeleceram a obrigatoriedade do estudo da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas instituições públicas de ensino brasileiras, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996.

Além dessa legislação educacional afirmativa que deu visibilidade a História, práticas culturais, conhecimentos ou saberes de negros e indígenas, grupos sociais historicamente invisibilizados por conta da colonialidade e modernidade do poder e do conhecimento, enfim do epistemicídio, diferentes fatos nos instigaram a redigir esse *paper*, tais como: as lutas políticas e sociais do Movimento Negro e do Feminismo Negro no Brasil, ao longo dos séculos XX e XXI; a existência do racismo estrutural e cotidiano, do patriarcado, do machismo, entre outras práticas de opressão na sociedade brasileira contemporânea; a constatação de que o Brasil é um dos quatro países que concentram 80% dos assassinatos de ativistas de Direitos Humanos, na ordem mundial (IPEA, FBSP, Atlas da Violência, 2019), tendo como um dos exemplos o assassinato da vereadora Marielle Franco (eleita pelo PSOL, em 2016) e do motorista Anderson Pedro Gomes, em 14 de março de 2018; e, além disso, a atuação do Instituto Marielle Franco, os resultados das Eleições Municipais 2020 e os discursos de ódio nas redes sociais tendo como um dos alvos as mulheres negras que se inseriram na política institucional.

Em primeiro momento, se fará uma breve digressão a realidade do povo negro no Brasil, após a abolição da escravidão em 1888, explicitando a organização das mulheres negras e como estas buscaram pautar suas lutas cotidianas, ao dialogarem com o Movimento Negro e o Movimento Feminista. Segundo, se apresentará uma breve biografia de Marielle Franco e a análise da Agenda Marielle Franco (2020) do Instituto Marielle Franco e os resultados das Eleições Municipais (2020), dando destaque ao sul do Brasil, a eleição de Carol Dartora (PT), primeira vereadora negra de Curitiba - PR.

O povo negro no Brasil pós-abolição: do Movimento Negro ao Feminismo Negro

Será...
Que já raiou a liberdade
Ou se foi tudo ilusão
Será...

Que a lei áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada
Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade
Onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu
Moço
Não se esqueça que o negro também construiu
As riquezas do nosso brasil

Pergunte ao criador
Quem pintou esta aquarela
Livre do açoite da senzala
Preso na miséria da favela [...]

Cem anos de liberdade, realidade e ilusão (1988)
Estação Primeira de Mangueira

Em 1988, no centenário da abolição da escravização de africanos, africanas e seus descendentes no Brasil, a escola de samba carioca Estação Primeira de Mangueira apresentou na Passarela do Samba o enredo e samba-enredo: “Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão”. O enredo estava sob coordenação do carnavalesco Júlio Matos e o samba-enredo foi composto por Hélio Turco, Jurandir e Alvinho (ACADEMIA DO SAMBA, 1988; LIESA, Colocações - Carnaval, 1988)

Esse samba-enredo⁴ eternizado na voz do intérprete Jamelão, *griot* da Verde Rosa, questionou se realmente a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim da escravidão do povo negro no Brasil, e mais, também se denunciou a exclusão social e a pobreza a que foram relegados homens, mulheres e crianças negros. Por isso, em alguns versos do samba cantou-se: “Pergunte ao criador/ Quem pintou esta aquarela/ Livre do açoite da senzala/ Preso na miséria da favela [...]”. Assim, por meio do samba, canto, dança e da Arte carnavalesca o povo negro e do samba interpelou o público da Sapucaí, e conseqüentemente, a sociedade brasileira acerca das desigualdades sociais e raciais ainda existentes no Brasil, cem anos após abolição.

Em nosso país, a miséria do povo negro tem raízes históricas, herança do colonialismo e da ausência de políticas públicas efetivas do Estado brasileiro, para

⁴ Em 1988, a Verde e Rosa com o enredo e o samba-enredo: “Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão” conquistou o segundo lugar na competição carnavalesca. A campeã do Grupo Especial, do carnaval carioca, foi a escola de samba Unidos de Vila Isabel, com o enredo e samba-enredo: “Quizomba, a festa da raça” (LIESA, Colocações - Carnaval, 1988).

promover a inclusão de negros e negras à sociedade, desde o século XIX.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as teorias raciais oriundas da Europa e/ou dos Estados Unidos dominavam o pensamento da elite brasileira. Naquela época o projeto de modernidade do país estava associado ao branqueamento do povo brasileiro, pois indígenas e negros eram concebidos como “raças degenerativas”.

Por isso, no contexto após a abolição, o Estado brasileiro não se preocupou em ter políticas públicas efetivas para a inclusão do povo negro a sociedade, intensificando a política de incentivo a imigração para cá, de modo a promover a substituição do trabalho escravo pelo livre e incentivar a miscigenação com europeus, visando branquear o povo brasileiro. O ideal de branqueamento estava vinculado a ideia e ao desejo de que os indígenas e os negros desaparecessem, dando espaço para o surgimento de uma população eminentemente branca. Entre os intelectuais desse racismo científico como Oliveira Viana, Sílvio Romero, João Batista Lacerda, entre outros, havia o consenso acerca do branqueamento do povo brasileiro, porém as estimativas variavam. Alguns intelectuais defendiam que em um e/ou três séculos ocorreria o branqueamento de nossa gente, desaparecendo indígenas e negros. João Batista Lacerda chegou a afirmar que esse branqueamento seria um processo que se estenderia até 2012, século XXI (NASCIMENTO, 2017; MUNANGA, 1999; SKIDMORE, 1976).

No Brasil, no contexto pós-abolição, o projeto de modernidade associado ao branqueamento do povo, excluiu as possibilidades de políticas públicas efetivas do Estado, para o combate do racismo e a promoção da inclusão de negros e indígenas à sociedade.

Por isso, há praticamente 133 anos, o Movimento Negro tem denunciado o racismo estrutural, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, a pobreza da maioria do povo negro. Os ativistas negros têm combatido o mito da democracia racial em nossa sociedade, pois as relações étnico-raciais não são harmoniosas, sendo permeadas por um racismo mascarado ou camuflado. Diante dessa realidade uma breve digressão à História do povo negro e das mulheres negras em nosso país, no contexto pós-abolição da escravidão.

O povo negro conquistou a liberdade com a abolição, mas teve que lutar pela cidadania, denunciando o racismo estrutural e o mito da democracia racial. Assim, surgiu

o Movimento Negro em suas múltiplas faces: a Imprensa negra, desde o final do século XIX; a Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, em São Paulo; o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, no Rio de Janeiro; o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, em 1978, em São Paulo, posteriormente rebatizado como Movimento Negro Unificado (MNU); nos anos de 1980, os Coletivos de Mulheres Negras, o Feminismo Negro, entre outras organizações negras (ALMEIDA, 2019; GOMES, 2017; ZUBARAN, 2017; CARNEIRO, 2011; GONÇALVES, SILVA, 2007).

Desde as primeiras décadas do século XX, o povo negro era constituído por uma massa de pobres e analfabetos. Boa parte dos homens negros, das mulheres negras e das crianças negras não tiveram acesso às escolas, sendo relegados a pobreza, a miséria.

Ao longo do século XX, os homens negros e as mulheres negras não foram inseridos com facilidade ao processo de modernização do país, devido ao racismo e a preferência por mão de obra imigrante no mundo do trabalho. Assim, negros e negras permaneceram realizando atividades domésticas, sendo mal remunerados e/ou em troca de lugar para dormir e comida. Muitos homens negros ficaram desempregados, enquanto diversas mulheres negras continuaram trabalhando como empregadas domésticas, amas de leite, babás, lavadeiras, entre outros trabalhos manuais (MUNANGA, GOMES, 2016; PAIXÃO, GOMES, 2012; GONÇALVES, SILVA, 2007; MUNANGA, 1999).

Diante dessa realidade, o Movimento Negro passou a reivindicar políticas públicas do Estado brasileiro, de combate ao racismo, as desigualdades sociais e raciais. Representantes do Movimento Negro também reivindicavam a valorização da História da África nas escolas, da História do povo negro no Brasil, ao interessar-se em descolonizar o currículo escolar (GOMES, 2019; GONÇALVES, SILVA, 2007).

Assim, o Movimento Negro reivindicava o combate ao racismo, as desigualdades sociais e raciais, denunciando o mito da democracia racial e exigindo a democratização do acesso à escola, ao trabalho e a profissionalização do povo negro.

Ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos de 1980, as mulheres negras ampliaram a discussão no interior do Movimento Negro e do Movimento Feminista, dialogando acerca da tripla discriminação que incide sobre suas vidas, devido ao gênero, raça e classe, ou seja, por serem mulheres, negras e pobres. As mulheres brancas pobres são discriminadas, mas ainda levam “vantagem” por conta da “boa aparência” (GONZALEZ, 1981 *apud* UCPA, 2018, p. 106), já que o padrão de estética é

pautado na branquitude, ou seja, nos valores estéticos brancos, deixando em desvantagem as mulheres negras no mundo do trabalho e nos casamentos formais (GONZALEZ, 1980 *apud* UCPA, 2018).⁵

Assim, no âmbito do Movimento Negro e do Movimento Feminista, as mulheres negras abriram caminhos para o diálogo interseccional sobre múltiplas formas de opressão, como o racismo e o sexismo, no contexto da sociedade patriarcal, racista e capitalista contemporânea. Intelectuais negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, entre outras denunciaram e denunciam as múltiplas práticas de opressão que incidem sobre as mulheres negras.⁶ Lélia Gonzalez, uma das intérpretes do Brasil, ao analisar a realidade das mulheres latino-americanas, especificamente de amefricanas e ameríndias, afirmava que:

É importante insistir que, no contexto das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se insere de maneira muito bem articulada, a desigualdade sexual. Esta é uma dupla discriminação contra as mulheres africanas e ameríndias. O duplo caráter de sua condição biológica - ou racial e sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região dependente de um capitalismo patriarcal-racista. Precisamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe; os ameríndios e afro-americanos fazem parte, em sua grande maioria, do imenso proletariado afrolatinoamericano (GONZALEZ, 1988 *apud* UCPA, 2018, p. 314).

Por isso, no Brasil, diante do caráter dessa tripla prática de discriminação (gênero, raça e classe), as mulheres negras buscaram e buscam se organizar de forma coletiva, atuando em diversos espaços, nos movimentos populares, no Movimento Negro e Movimento Feminista e político-partidário, enfim, na política institucional⁷, com o

⁵ Os textos selecionados da historiadora e filósofa Lélia Gonzalez, intérprete do Brasil, para a redação desse *paper* também compõem a publicação *Por um feminismo afro-latino-americano*, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima (2020).

⁶ Nos Estados Unidos, intelectuais negras, como Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019), Bell Hooks (2019), entre outras, também têm se dedicado a análise da realidade vivenciada pelo povo negro, principalmente, de mulheres negras na diáspora, estabelecendo o diálogo interseccional gênero, raça e classe, vislumbrando diferentes contextos, tais como: os tempos da escravidão do povo negro no sul dos EUA, das lutas do Movimento Feminista e do Feminismo Negro, das lutas pela conquista dos direitos civis da população negra à contemporaneidade.

⁷ Na História do Brasil, após várias décadas de lutas, as mulheres conquistaram o direito ao voto e a participação na vida política institucional somente em 1932. As mulheres viúvas e solteiras que tinham renda própria podiam votar. As mulheres casadas com renda própria, oriunda de sua atividade profissional, também podiam votar, mas deviam ter a autorização do marido. Apenas em 1946, o direito ao voto se estendeu a todas as mulheres. No Brasil contemporâneo, conforme legislação eleitoral, os partidos políticos têm a obrigatoriedade da cota de 30% das candidaturas serem de mulheres, para participarem das eleições

objetivo de transformação de sua realidade e de seu povo.

Nos anos de 1980, tempos de abertura política no Brasil, o Feminismo Negro floresceu ainda mais, por conta do ativismo das mulheres negras, diversos fatos marcaram aquele período, aqui serão relatados alguns, como:

- em 1982, Benedita da Silva, mulher negra e favelada, iniciou a carreira pública no âmbito da política institucional ao ser eleita vereadora no Rio de Janeiro, após militância na Associação de Favelas.

- em junho de 1983, a criação do Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras, na sede da Associação do Morro dos Cabritos.

- em julho de 1983, a realização do I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferias, organizado por Benedita da Silva.

- ainda em 1983, Jurema Batista, fundadora e presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí, foi representar as mulheres negras brasileiras como delegada no II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Lima. Isso foi inovador, porque segundo Lélia Gonzalez (1985) “pela primeira vez, na História do feminismo negro brasileiro, uma favelada representava, no exterior, uma organização específica de mulheres negras” (GONZALEZ, 1985 apud UCPA, 2018, p. 279).

- em 1988, a fundação do GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra, criado por Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2018; GONZALEZ, 1985 apud UCPA, 2018; MUNANGA, GOMES, 2016).

Segundo Sueli Carneiro (2018) “para nós, mulheres negras a conjugação das discriminações de raça, sexo e classe implica em tríplice militância, visto que nenhuma solução efetiva para os problemas que nos afligem pode advir da alienação de qualquer desses três fatores” (CARNEIRO, 2018, p. 57).

No Brasil contemporâneo, embora a militância de representantes do Movimento Negro e do Feminismo Negro, a inserção gradativa na política institucional de alguns homens negros e de algumas mulheres negras, por exemplo: Benedita da Silva (PT), Leci Brandão (PCdoB), Marielle Franco (PSOL), entre outros, na sociedade ainda imperam o racismo, os estereótipos e as práticas de opressão e discriminação.

(TSE, 2020; TAIT, 2020; MARQUES, 2019). Vislumbrando isso, o direito a participação de mulheres na vida pública e política institucional ainda não tem cem anos em nosso país, progressivamente elas estão tendo conquistas, mas esse universo ainda é constituído majoritariamente por homens. As mulheres estão conquistando espaço na sociedade, porém precisam prosseguir a luta contra o patriarcado, o machismo, a misoginia, a violência doméstica, o feminicídio, os discursos de ódio, entre outras formas de opressão.

As mulheres negras ainda são associadas as imagens de empregadas domésticas, da “mãe preta” (GONZALEZ, 1981, p. 39) - aquela que cuida dos filhos dos brancos e/ou a mulata “produto de exportação” (GONZALEZ, 1981, p. 45). No imaginário social ainda imperam estereótipos de que a mulher negra é “mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crenças relacionadas às características do seu físico, muitas vezes exuberantes” (NASCIMENTO, 1990, p. 356 *apud* UCPA, 2018), ocorrendo dessa forma a objetificação dos corpos negros. “A mulher negra ainda é a gostosa do samba ou a empregada; e o homem negro, o malandro ou ladrão” (RIBEIRO, 2018, p. 49).

Esses estereótipos de gênero e raça associados às mulheres negras persistem na sociedade contemporânea, reverberando nas relações sociais e amorosas, e também, no mundo do trabalho. No mundo do trabalho, nas instituições privadas existem diferenças salariais, devido à discriminação de gênero e raça, estabelecendo remuneração melhor para homens brancos, segundo - mulheres brancas, terceiro - homens negros e na base dessa pirâmide de desigualdades as mulheres negras. As mulheres negras são mal remuneradas e muitas sustentam sozinhas a sua prole, a família (NASCIMENTO, 1990 *apud* UCPA, 2018; NASCIMENTO, 1976 *apud* UCPA, 2018).

Por conta do racismo estrutural e cotidiano, dos estereótipos que associam o povo negro a “desordem” e a transgressão social, como o tráfico de drogas, muitos corpos negros são alvo da violência racial e policial dos agentes securitários do Estado brasileiro, devido à “necropolítica, política da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71), levando ao genocídio e/ou encarceramento em massa de negros e negras em nosso país. Essa violência racial e policial que faz os corpos negros tombarem tem sido denunciada pelo movimento social negro, principalmente por *Black Lives Matter* ou *Vidas Negras Importam* (SILVA, PRIORI, 2020; RIBEIRO, 2019; MBEMBE, 2018).

Sendo assim, após 133 anos de abolição, o povo negro e as mulheres negras seguem em movimento, denunciando o racismo estrutural e cotidiano, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, o mito da democracia racial, a violência racial e policial, o genocídio e o encarceramento em massa do povo negro em nosso país.

Os ativistas negros pautam suas reivindicações em vários espaços da sociedade brasileira: nas organizações populares; nos protestos de ruas ocorridos nos espaços públicos como a Marcha Zumbi do Quilombo de Palmares em 1995 e a Marcha das Mulheres Negras em 2015, ambos em Brasília, DF; nas jornadas de protestos de rua do

movimento social *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam, ocorridas em diferentes cidades do Brasil, principalmente, após o assassinato de George Floyd nos EUA, em maio de 2020, tempos da pandemia da COVID-19; e na esfera política institucional, propondo candidaturas em eleições municipais, estaduais e/ou federais.

No Brasil, homens negros, as mulheres, as mulheres negras e jovens negros, em sua diversidade sexual, têm apresentado candidaturas nas eleições municipais, estaduais e/ou federais, a fim de se inserirem em espaços de poder, de decisão e de estabelecimento de políticas públicas, com o objetivo de transformar a realidade social do povo brasileiro, pobre e negro, das mulheres, das mulheres negras, de crianças e da juventude pobre e negra. As Eleições Municipais 2020 foram um exemplo disso, gerando esperança.

As mulheres negras na política: “#Marielle semente”, da agenda Marielle Franco aos resultados das Eleições municipais em 2020

Não, nós nos negamos a acreditar
Que um corpo tombe vazio
E se desfaça no espaço
Feito poeira ou fumaça
Adentrando-se no nada dos nada
Nadificando-se
Por isso, na solidão desse banzo antigo
Rememorador de todas e de todos os que de nós já se foram,
é no espaço de nossa dor
que desenhamos
a sua luz-mulher - Marielle Franco

E as pontas de sua estrela
Enfeitarão os dias
Que ainda nos aguardam
E cruzarão com as pontas
das pontas de outras estrelas,
habitantes que nos guiam,
iluminando-nos e nos fortalecendo
na constelação de nossas saudades

Nadificando (2018)

Poema dedicado a Marielle Franco, por Conceição Evaristo

No Brasil República contemporâneo, depois do fim da Ditadura Militar (1964-

1985), nosso país passou por um processo de redemocratização e houve o ressurgimento dos movimentos sociais. Ativistas, intelectuais, políticos, professoras e professores, entre outros comprometidos com os ideais democráticos e cidadania saudaram a aprovação da Constituição de 1988, também conhecida como “Constituição cidadã”. Vivemos em tempos de democracia, porém as notícias publicizadas na mídia acerca de assassinatos de pessoas públicas que atuam na esfera da política institucional, como o da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Pedro Gomes, em 14 de março de 2018, demonstram que ainda precisamos avançar para o efetivo respeito aos Direitos Humanos em nosso país, em pleno século XXI.

Os versos do poema “Nadificando” de Conceição Evaristo (2018) nos remete as “escrevivências”⁸ de indignação diante do assassinato de Marielle Franco e a “constelação de saudades” dessa mulher negra, que ousou lutar e fazer política em prol do povo brasileiro em sua diversidade, dando visibilidade aos pobres, moradores das favela e da periferia, ao povo negro, às mulheres negras, ao grupo LGBTQIA+, apresentando seus projetos de lei na Câmara Municipal, da cidade do Rio de Janeiro - RJ.

O assassinato de Marielle Franco nos leva a constatação da necessidade de ampliar o debate público no Brasil acerca de múltiplas práticas de violência e opressão na contemporaneidade, como o racismo estrutural, as desigualdades e cotidiano, o patriarcado, o machismo, entre outras da colonialidade e modernidade. Assim, entende-se a relevância de conhecer a história, ou seja, a biografia dessa mulher negra, que brutalmente teve a vida ceifada.

Marielle Franco (1979 - 2018) **Marielle vereadora**

⁸Conceição Evaristo é um dos ícones da literatura afro-brasileira, ela cunhou o termo “escrevivência”, unindo escrita e vivência, registrando as experiências vividas pelo povo negro, principalmente, de mulheres negras. Evaristo em sua poética negra faz o registro do “real vivido” (EVARISTO, 2016, p. 8) nas histórias e nos poemas escritos, assim ficção e vivência se articulam nas “escrevivências” dessa mulher negra (EVARISTO, 2017; EVARISTO, 2016). Ela foi homenageada pela vereadora Marielle Franco, em agosto de 2017, quando ocorreu o “Eu Mulher Negra Resisto”, quando se empenhou a Câmara Municipal do RJ. Nessa ocasião, Marielle Franco fez a entrega de medalha de honraria a Conceição Evaristo e realizou um debate com outras mulheres negras, dialogando com Flávia Oliveira, Mãe Menininha de Oxum, Patrícia Oliveira e Ruth de Souza (FRANCO, 2020).



Fonte: Fotografia do arquivo familiar de Anielle Franco, irmã de Marielle Franco e diretora do Instituto Marielle Franco, criado em 2019. FRANCO, Anielle. Marielle Franco. In: CASTRO, Amanda Motta. **Memória do curso: Pensadoras negras brasileiras.** São Leopoldo, RS: Escola As Pensadoras, 2020. p. 187.

Marielle Franco nasceu em 27 de julho de 1979, viveu na favela da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, enquanto foi crescendo, participava das atividades da família e de sua comunidade. Ela era “mulher negra, favelada, defensora dos Direitos Humanos e LGBT, Marielle foi filha, mãe, irmã, esposa, amiga e vereadora dedicada a construir um mundo justo para todas as pessoas. Hoje, é inspiração para essa e futuras gerações” (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020, p. 4).

Ela fez curso pré-vestibular na Maré, ingressou no curso de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC - Rio) e fez mestrado em Administração Pública, defendendo a dissertação: *UPP - A redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro* (2014), pela Universidade Federal Fluminense – UFF, posteriormente publicada no formato de livro pela editora n-1 edições, em 2018 (FRANCO, 2020; LOPES, 2019).

Marielle Franco fazia política em sua vida familiar, cotidiana, movimentos sociais e profissional. Ela se engajou na luta de defesa de Direitos Humanos, conheceu Marcelo Freixo (PSOL), e a partir de 2006, por dez anos foi assessora desse parlamentar. Ela integrou a Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia e prestou apoio às famílias de vítimas de homicídios e de policiais atingidos nos confrontos (FRANCO, 2020; LOPES, 2019).

A trajetória de vida de Marielle Franco foi marcada pelas lutas políticas e sociais na vida familiar, cotidiana, movimentos sociais e profissional, as quais a levaram a popularidade e a política institucional, impulsionando a participar das Eleições Municipais de 2016, por meio da candidatura como vereadora, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, teve mais de 46 mil votos, sendo eleita pela coligação “Mudar é possível”, constituída pelo PSOL e PCB. Na Câmara Municipal carioca, ela apresentou projetos de lei, seguem os principais: “Se é legal, tem que ser real”, primeiro projeto de lei para fazer valer o Aborto Legal no RJ, fev. 2017; PL “Espaço Coruja”, mar. 2017, com o objetivo de criar um espaço noturno seguro, onde mães, pais e /ou responsáveis pudessem deixar as crianças, enquanto fossem estudar e /ou trabalhar; PL “Casas de Parto no Rio de Janeiro”, jun. 2017, espaços preparados para a realização de partos normais, com atendimento integral as gestantes, com diversos especialistas desde o pré-natal; PL “#AssédioNãoÉPassageiro”, set. 2017, com a finalidade de realização de campanhas educativas sobre assédio e violência sexual contra as mulheres, com divulgação de telefones de órgãos responsáveis pelo atendimento a estas, formação continuada de servidores e o estabelecimento de multas às empresas de ônibus que descumprissem as determinações; PL “Frente Parlamentar da Economia Solidária”, ago 2017. Além disso, Marielle Franco atuou como presidenta da Comissão da Mulher na Câmara; organizou o 1º Encontro Direito à Favela no Museu da Maré, o “Viradão Cultural Direito à Favela - Maré”, debatendo, realizando oficinas e formulando políticas públicas com moradores de favelas da cidade carioca; e várias outras ações populares (FRANCO, 2020; LOPES. 2019).

Os projetos de lei de Marielle Franco demonstram que ela tinha uma preocupação com o povo, procurando dialogar com populares de favelas e da periferia acerca das políticas públicas, fazendo uma política colegiada com os moradores da cidade do RJ, ou seja, um mandato com política voltada para a coletividade.

O assassinato de Marielle Franco, em 14 de março de 2018, não representou o fim, mobilizando protestos de ruas e vigílias com o povo negro e multicolor, as mulheres, e as mulheres negras, que clamavam e clamam por justiça no Brasil, em um contexto histórico peculiar, pós-golpe e *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT).

A família de Marielle Franco segue lutando por justiça e com as atividades do

Instituto Marielle Franco, com o objetivo de semear e multiplicar o legado dessa mulher negra de maneira democrática, por exemplo, com a *Agenda Marielle Franco* (2020), pensando as Eleições municipais de 2020, nesses tempos de democracia, contradições e negacionismos.

Vivemos em tempos de democracia, mas também de práticas políticas autoritárias. No contexto da crise sanitária mundial e nacional, decorrente da pandemia da COVID-19, no Brasil, as desigualdades sociais, raciais e de gênero foram escancaradas, em pleno governo do presidente da República Jair Messias Bolsonaro. No governo Bolsonaro, há a desvalorização da Educação e da Ciência, os negacionismos acerca da letalidade da COVID-19 (a “gripezinha”)⁹ e da existência do racismo em nosso país. Além disso, parcela da sociedade civil tem realizado manifestações exigindo o fechamento do Congresso Nacional (CN) e do Supremo Tribunal Federal (STF), e a volta da Ditadura Militar, ou seja, intervenção militar com Bolsonaro.

É nesse contexto histórico que vislumbramos a análise da *Agenda Marielle Franco* (2020), organizada pelo Instituto Marielle Franco e apresentada as pessoas candidatas as Eleições Municipais em 2020, uma proposta de projeto político, para pensar as políticas públicas para as cidades, e consequentemente sua gente.

Essa agenda é “[u]m conjunto de compromissos com práticas e pautas antirracistas, feministas e populares a partir do legado de Marielle para as Eleições Municipais 2020” (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020, p. 1). O Instituto Marielle Franco apresentou uma plataforma de trabalho para pensar as cidades do Brasil, privilegiando a (re)construção destas, das favelas e das periferias, em consonância com os ideais de justiça, inclusão, sustentabilidade e respeito à diversidade (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020). Por isso, na apresentação dessa agenda política se afirmou que:

[...] Queremos garantir o direito à saúde pública de qualidade e universal, a uma educação livre e emancipatória, a andarmos pelos campos, cidades e periferias com segurança e dignidade, queremos garantir o direito a uma alimentação saudável e adequada, a água e o esgotamento sanitário para todas e todos, a trabalho e a renda dignos e justos.

Estamos resgatando propostas de uma forma coletiva de fazer política e queremos garantir, através dessas propostas, o compromisso daqueles que estão disputando a política institucional neste ano e poderão no próximo ciclo, ajudar a promover e consolidar o direito a uma vida para

⁹ No Brasil, em fevereiro de 2021, constata-se que a COVID-19 já ceifou mais de 250 mil vidas, conforme veiculado na mídia.

todas, todos e todes.

[...] Essa é uma agenda política para todas as candidaturas de todos os municípios do Brasil. Aceitaremos inscrições e firmamento de compromisso de candidaturas de mulheres e homens cisgêneras, trans, negros, brancos, amarelos, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, ribeirinhos, pessoas com deficiência e todas as candidaturas que desejarem se comprometer com o fazer político de Marielle Franco: antirracista, interseccional, feminista, periférico, favelado, popular e plural (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020, p. 5 - 6).

Em 2020, no ano das Eleições Municipais, o Instituto Marielle Franco por meio da *Agenda Marielle Franco (2020)* propôs um projeto político coletivo para a sociedade, uma forma de fazer política no âmbito institucional, convidando todos, todas e todes a assumirem esse compromisso.

Assim, o Instituto Marielle Franco foi preparando o campo político, para plantar as sementes e dar continuidade a forma de fazer política das mulheres negras que vieram antes e de Marielle Franco, com planos de multiplicar seu legado.

A Agenda Marielle Franco faz parte da Plataforma Antirracista nas Eleições 2020 – PANE, tem quarenta e oito páginas, tendo apresentação e sendo dividida em dois grandes eixos temáticos: “Práticas para candidatas e futuras eleitas” e “Políticas públicas prioritárias da Marielle Franco” (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020).

Com relação ao eixo temático: “Práticas para candidatas e futuras eleitas” (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020, p. 7), apresentou-se sete princípios que buscaram orientar as práticas na política institucional, tais como:

1. “Diversificar talentos e cores, não burocratizar”, integrando os movimentos sociais e ativistas às campanhas e aos mandatos.

2. “Ampliar as alianças, não se isolar”, por meio da realização do trabalho intersetorial, articulando alianças com outros órgãos públicos, como a Defensoria Pública e o Ministério Público, e terceiro setor, ou seja, com organizações sociais comprometidas com a garantia do acesso a direitos da população.

3. “Resgatar a memória, não apagar”, preservar a ancestralidade, constituindo em um diferencial nas práticas políticas de mulheres negras e indígenas, pois “Nossos passos vêm de longe” (EVARISTO, 2017, p. 112).

4. “Coletivizar os objetivos, não se apropriar”, orientações para a política do bem comum, e não para os interesses privados ou individuais.

5. “Cuidar do coletivo, não abandonar”.

6. “Abrir as portas e janelas, não se encastelar”, por meio da construção de mecanismos de participação, transparência do mandato e da estrutura política.

7. “Puxar quem quer vir, não soltar”, incentivar e abrir caminhos para quem quer participar da política institucional, por exemplo, a realização de encontros com mulheres negras, entre outros grupos sociais (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020, p. 7 - 23).

Na Agenda Marielle Franco (2020), na medida em que foram se apresentando as práticas políticas e princípios, também se ressaltou ações de Marielle Franco enquanto vereadora, na Câmara Municipal, do RJ. Uma agenda política e pedagógica, visto que mostrou possibilidades de práticas para o exercício da política institucional às pessoas candidatas, nas Eleições de 2020.

Quanto ao eixo temático: “Políticas públicas prioritárias da Marielle Franco” (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020, p. 24), este foi organizado vislumbrando políticas públicas, compreendendo a melhoria da qualidade de vida de múltiplos grupos sociais: mulheres, negros, juventude negra, crianças, favelados, periféricos, a população LGBTQIA+, trabalhadoras rurais, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, etc. (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020, p. 7 - 23).

Assim, foi se reafirmando a importância de uma agenda política comprometida com esses grupos sociais e no combate a todas as formas de opressão, estabelecendo o diálogo interseccional, delineando orientações para políticas públicas contemplando: “Gênero e sexualidade”; “Direito à favela e à periferia”; “Justiça racial e segurança pública”; “Saúde pública”; “Educação pública”; “Justiça econômica”; “Cultura, lazer e esporte” (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020, p. 24 - 48). Aqui estarão em destaque algumas orientações para a (re)construção de políticas públicas nos municípios, tais como:

- “Gênero e sexualidade”: o monitoramento do funcionamento e democratização de acesso ao serviço de abortamento legal, assegurado às mulheres com casos previstos em lei, por exemplo, de estupro; defesa dos direitos da criança; construir e fortalecer políticas públicas de obrigatoriedade do uso do nome social para pessoas transexuais e travestis em estabelecimento de serviço público; projetos para garantir a ampliação de empregabilidade para as pessoas LGBTQIA+.

- “Direito à favela e à periferia”: direito à cidade por meio da construção e manutenção de um plano diretor participativo na cidade, com orçamento participativo; elaboração de projetos para a participação da juventude negra, favelada e periférica nos espaços de decisão institucionais; garantir as populações tradicionais e rurais, aos povos indígenas o acesso à saúde e a Educação; política de proteção ambiental da fauna, flora e das populações tradicionais e povos indígenas.

- “Justiça racial e segurança pública”: criação de um Fundo Municipal de Reparação Econômica, Psíquica e Social de Familiares, para dar assistências às famílias que perderam pessoas devido à violência racial e policial de agentes de segurança do Estado, levando ao genocídio do povo negro, pobre e periférico; criação de espaços de memória e resistência das vítimas da violência de Estado; combater o racismo religioso e criar políticas de proteção dos povos de terreiros e praticantes de religiões de matriz-africana.

- “Saúde pública”: defesa de orçamento público para a saúde; monitoramento e vistoriamento de unidades de saúde e hospitais municipais para identificação de possíveis irregularidades; coleta seletiva para bairros; fiscalizar órgãos de abastecimento de água; desenvolver programas de descarte de medicamentos da população; construção ou aprimoramento de plano municipal de prevenção e combate a enchentes, e também, de redução riscos para populações vulneráveis.

- “Educação pública”: formulação de Plano Municipal de Educação de maneira participativa; construir espaços para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, de modo a garantir o acesso à Educação; fiscalizar e fazer campanhas para o cumprimento da Lei n. 10.639 /2003, o ensino da História da África e cultura afro-brasileira; desenvolver projetos para professoras e professores terem hora-atividade, com reserva de 1/3 do tempo de trabalho.

- “Justiça econômica”: criação de política de fomento de Economia Solidária, incentivando a participação de mulheres negras, populações faveladas e periféricas.

- “Cultura, lazer e esporte”: combater a perseguição ideológica, racista e violenta ao Funk, Hip Hop e Rap, a prisão de DJs e os massacres em bailes, nas favelas e periferias (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020).

Essas políticas públicas destacadas nesse texto e outras elencadas na Agenda Marielle Franco (2020) são inovadoras e vislumbra o acesso digno às cidades para o povo

brasileiro em sua diversidade, principalmente para pobres, favelados, periféricos, negros, mulheres negras, juventude negra, crianças, população LGBTQIA+, populações tradicionais, indígenas, entre outras em vulnerabilidade.

Pode-se depreender essa agenda a partir de múltiplos olhares, concebendo como: um documento histórico para se pensar o fazer político de Marielle Franco e de outras mulheres negras que a antecederam; um projeto político e pedagógico antirracista, democrático e pautado na diversidade do povo brasileiro, para as pessoas candidatas em eleições municipais, podendo ser utilizado e aprimorado em outras esferas da política institucional, como estadual e federal; e também um manifesto em prol da (re)construção de uma sociedade democrática, antirracista, anticlassista, promovendo o diálogo interseccional gênero, raça, classe e diversidade sexual.

Segundo o Instituto Marielle Franco a *Agenda Marielle Franco* (2020) foi e é defendida por mais de três mil pessoas. Considerando as diversas regiões do Brasil, após as Eleições municipais 2020, oitenta e uma pessoas candidatas comprometidas com essa agenda foram eleitas. No sul do Brasil, na capital do estado do Paraná, destaca-se Carol Dartora (PT), a primeira vereadora negra (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020).

Carol Dartora (PT)

Mulher negra, historiadora e professora, com vivência familiar no Movimento Negro, no sul do Brasil, em Curitiba, capital do estado do Paraná.

Nas Eleições Municipais 2020, ela foi eleita vereadora, sendo a primeira mulher negra. Nesse pleito eleitoral, dois homens negros foram eleitos: Renato Freitas (PT), formado em Direito, e Herivelto Oliveira (Cidadania), jornalista. Esse fato foi um marco na História da capital do estado do Paraná, sendo publicizado na mídia (CALDAS, 2020; RPC Curitiba, 2020).



Fonte: Fotografia: Carol Dartora. Disponível no site:< <https://www.unibrasil.com.br/academia-unibrasil-e-curso-de-pedagogia-recebem-carol-dartora/>> Acesso em: 10 fev. 2020

Curitiba foi fundada em 1693, século XVII, por conta da colonização europeia, onde foram escravizados indígenas e africanos. Uma cidade com mais de 300 anos. Nos tempos da colonização europeia, o atual estado do Paraná, foi construído por indígenas e africanos, com outros povos imigrantes e migrantes de várias regiões do Brasil. Nos tempos da colonização, o povo negro trabalhou na exploração do ouro de aluvião na baía de Paranaguá e no primeiro planalto, nas fazendas dos Campos Gerais, na exploração da erva-mate e em outras atividades no espaço urbano das cidades que foram se constituindo. No século XIX, negros da Província do Paraná foram enviados para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870), com a promessa de conquista da liberdade (WEIGERT, 2016; PRIORI *et al.*, 2012; IANNI, 1988).

Vislumbrando a História do Paraná, constata-se que o povo negro está no sul do Brasil há mais de 300 anos, porém foi somente no século XXI, nas Eleições Municipais de 2020, que três vereadores negros foram eleitos, dentre estes a primeira mulher negra vereadora, Carol Dartora (PT), fato que teve repercussão na mídia e na sociedade. Negros que irão atuar nos próximos anos na política institucional.

Nas Eleições municipais 2020, conforme o Supremo Tribunal Federal (STF), ocorreu o aumento do número de candidaturas de negros, mulheres e da população LGBTQIA+, por exemplo, mulheres trans. Algumas pessoas e organizações, como o Instituto Marielle Franco, saudaram os resultados das eleições, mas também surgiram discursos de ódio de extremistas e promessas de assassinatos de mulheres negras e trans nas redes sociais, e conseqüentemente a preocupação com a segurança destas pessoas que adentraram ao universo da política institucional. Já receberam ameaças de morte: Ana Lúcia Martins (PT), primeira vereadora negra de Joinville - SC; Carol Dartora (PT), de Curitiba-PR¹⁰; as vereadoras trans Duda Salabert (PDT), de Belo Horizonte - MG e Benny Briolly (PSOL), de Niterói – RJ, entre outras (RUPP, 2021; FRANCO, 2020).

Na contemporaneidade, ativistas, grupos ou movimentos sociais entendem a relevância de participação na política institucional, como os negros, as mulheres, as mulheres negras, trans, entre outros, visando a formulação ou (re)construção de políticas públicas para o bem da coletividade, do povo brasileiro em sua diversidade, na

¹⁰ Recentemente, em janeiro de 2021, veio a público as ameaças de morte feitas ao jovem negro *black power* vereador Renato Freitas (PT), de Curitiba-PR. Os discursos de ódio, racismo e/ou injúrias raciais não cessaram, visto que o extremismo tem se ampliado no Brasil (REDAÇÃO PARANÁ, 2021).

perspectiva antirracista.

Considerações finais

Nesse texto, com base no aporte teórico da Nova História Política, das epistemologias do Sul e da Educação antirracista, dialogou-se sobre a História do povo negro e das mulheres negras no contexto pós-abolição, o Brasil contemporâneo, o racismo estrutural, as desigualdades sociais, raciais e gênero, considerando a diversidade sexual.

A trajetória de vida de Marielle Franco, a organização do Instituto Marielle Franco (2019), a Agenda Marielle Franco (2020) e os resultados das Eleições Municipais (2020) nos possibilitaram revisitar a História Política do Brasil e a História do Paraná.

A leitura da Agenda Marielle Franco (2020) nos remeteu as “escrevivências” políticas de Marielle Franco ao longo de sua trajetória de vida, ou seja, as vivências, as lutas políticas e sociais, e aos projetos de lei dessa mulher negra enquanto vereadora na Câmara Municipal carioca, em prol de uma sociedade democrática, antirracista e anticlassista, com o objetivo de promoção da justiça social.

A (re)construção de um Brasil para todos, todas e todes é um longo caminho, basta vislumbrarmos as lutas travadas pelo Movimento Negro, pelo Movimento Feminista, pelo movimento por Direitos Humanos, entre outros grupos e movimentos sociais oprimidos, em diversos contextos históricos, pois “nossos passos vêm de longe” (EVARISTO, 2017, p. 112).

Diante dos discursos de ódio, nós precisamos prosseguir com as lutas políticas e sociais, em prol da defesa dos Direitos Humanos, da democracia na diversidade, da Educação em Direitos Humanos e da Educação antirracista. Enfim, lançarmos as sementes, regá-las com amor e respeito para que floresçam. Por isso, #Marielle semente”.

Referências

ACADEMIA DO SAMBA. Ficha técnica, sinopse do enredo e samba-enredo “100 anos de liberdade – realidade ou ilusão?”. Disponível em: <<http://academiadosamba.com.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2021

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, sobre a obrigatoriedade do ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino públicas e privadas, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei n. 9.394/1996.

BRASIL. Lei n. 10. 639/2003, sobre a obrigatoriedade do ensino da História África e cultura africana, afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas, e a inclusão da data “20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei n. 9.394/1996.

BRUNELO, Leandro. PRIORI, Angelo. Cultura política: reflexão conceitual e interface com a História Política. In: BRUNELO, Leandro. PRIORI, Angelo (Orgs.). **História Política e a sua escrita: temas, abordagens e problematizações**. Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 13 – 38.

CALDAS, Ana Carolina. Curitiba faz história ao eleger a primeira vereadora negra da cidade. **Brasil de Fato**, 15 nov. 2020. Disponível no site: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/15/curitiba-faz-historia-ao-eleger-a-primeira-vereadora-negra-da-cidade>> Acesso em: 10 fev. 2021

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**: Sueli Carneiro. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate)

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. “Nadificando”, poema dedicado a Marielle Franco, de Conceição Evaristo, redigido após a notícia do seu assassinato, em 2018.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOTOGRAFIA. Carol Dartora. Disponível no site:<
<https://www.unibrasil.com.br/academia-unibrasil-e-curso-de-pedagogia-recebem-carol-dartora/>> Acesso em: 10 fev. 2020

FOTOGRAFIA. Marielle vereadora. Foto do arquivo familiar de Anielle Franco, irmã de Marielle Franco e diretora do Instituto Marielle Franco, criado em 2019. FRANCO, Anielle. Marielle Franco. In: CASTRO, Amanda Motta. **Memória do curso: Pensadoras negras brasileiras**. São Leopoldo, RS: Escola As Pensadoras, 2020. p. 187.

FRANCO, Anielle. Marielle Franco. In: CASTRO, Amanda Motta. **Memória: Pensadoras negras brasileiras**. São Leopoldo, RS: Escola As Pensadoras, 2020. p. 169 - 212.

FRANCO, Anielle. Quem cuida das mulheres negras? **Ecoa**, 23 nov. 2020. Disponível no site: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/anielle-franco/2020/11/23/quem-cuida-das-mulheres-negras-eleitas.htm>> Acesso em: 10 fev. 2021

GOHN, Maria Glória. **Movimentos sociais e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONATO TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 223 - 246. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento Negro e Educação. In: FÁVERO, Osmar. IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília, DF: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 181 - 228.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. (Organização de Madel Luz). Rio de Janeiro: Graal Editora, 1981. In: UCPA (Org.). **Lélia González: primavera para as rosas negras**. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 34 - 53.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. Artigo escrito para o jornal Mulherio. Ano I, n. 3, setembro /outubro de 1981, p. 8 - 9. In: UCPA (org.). **Lélia González: primavera para as rosas negras**. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 103 - 108.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. O artigo Mulher Negra, escrito por Lélia Gonzalez no início da década de 1980, foi extraído da Revista Afrodiaspórica, a. 3, n. 6 -7, São Paulo: IPEAFRO, 1985. In: UCPA (org.). **Lélia González: primavera para as rosas negras**. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 265 - 282.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano, foi publicado originalmente na Revista Internacional, Santiago, v. 9, p. 133 – 141, 1988. In: UCPA (org.). **Lélia González: primavera para as rosas negras**. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 307 - 320.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentação na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29ª 31 de outubro de 1980. In: UCPA (Org.). **Lélia González: primavera para as rosas negras**. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 190 - 214.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Bhuvi Libanio. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1988.

IPEA. FBSP. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Agenda Marielle Franco - Eleições municipais 2020**. (2020). Disponível em: <https://www.agendamarielle.com/> Acesso em: 02 fev. 2021

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques. **História: novas abordagens**. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 180 - 195.

LIESA. Colocações - Carnaval, 1988. Sobre a classificação das escolas de samba Estação Primeira de Mangueira e Unidos da Vila Isabel. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/memoria/colocacoes.html> Acesso em: 10 fev. 2021

LIESA. Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. **Colocações - Carnaval, 2019**. Sobre a classificação da escola de samba Estação Primeira de Mangueira. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/memoria/colocacoes.html> Acesso em: 10 fev. 2021

LIESA. Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro Mangueira. In: **Ensaio Geral: informativo oficial da LIESA**. Rio de Janeiro: Ísis Editora, 2019. p. 39.

LOPES, Nei. Marielle Franco. In: **Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 199 - 202.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016. (Para entender)

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. Artigo publicado originalmente no Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, domingo, 25 de julho de 1976. In: UCPA (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição.** Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 80 - 85.

NASCIMENTO, Beatriz. Mulher negra e o amor. Ensaio publicado originalmente no Jornal Maioria Falante, n. 7. fev. mar 1990. p. 3. In: UCPA (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição.** Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 353 - 357.

PAIXÃO, Leticia Aparecida. PRIORI, Angelo. História Política: definições. In: PRIORI, Angelo. POMARI, Luciana Regina (orgs.). **História Política: métodos e problemas historiográficos.** Maringá: EDUEM, 2016. p. 13 - 20.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flavio. História das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 297 - 313.

PRIORI, Angelo et. al. **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: Eduem, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 84 - 130.

REDAÇÃO PARANÁ. Em Curitiba, vereador Renato Freitas (PT) denuncia ameaças de homens armados. **Brasil de Fato**, 16 jan. 2021. Disponível no site: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/16/em-curitiba-vereador-renato-freitas-pt-denuncia-ameacas-de-homens-armados>> Acesso em: 10 fev. 2021

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política.** 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13 - 36.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.**

RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (Orgs.). Lélia Gonzalez. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RPC Curitiba. Três vereadores negros eleitos em Curitiba destacam importância da educação na trajetória por uma 'cidade mais plural'. RPC Curitiba, **G1, Globo**, 20 nov. 2020 Disponível no site: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/11/20/tres-vereadores-negros-eleitos-em-curitiba-destacam-importancia-da-educacao-na-trajetoria-por-uma-cidade-mais-plural.ghtml>> Acesso em: 10 fev. 2021 RUPP, Isadora. Ameaças de neonazistas a vereadoras negras e trans alarmam e expõem avanço do extremismo no Brasil. **El País**, 10 jan. 2021. Disponível no site: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01->

10/ameacas-de-neonazistas-a-vereadoras-negras-e-trans-alarmam-e-expoem-avanco-do-extremismo-no-brasil.html> Acesso em: 10 fev. 2021

SAMBA-ENREDO: Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão. Escola de samba Estação Primeira de Mangueira, carnaval carioca de 1988. Disponível no site: <<https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/478753/>>: Acesso em: 10 fev. 2021

SAMBA-ENREDO: História pra ninar gente grande. Estação Primeira de Mangueira, carnaval carioca de 2019. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>> Acesso em: 10 fev. 2021

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. Introdução. SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15 - 27.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do Império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Ana Lúcia da. **Ensino de História da África e cultura afro-brasileira: estudos Culturais e sambas-enredo**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

SILVA, Ana Lúcia da. PRIORI, Angelo. O movimento social *Black Lives Matter* nos EUA e no Brasil: da violência racial e policial ao genocídio do povo negro. In: PRIORI, Angelo. SILVA, Ana Lúcia da. BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni (Orgs.). **Ensino de História, diversidade e educação antirracista**. Curitiba: Editora Brazil Publishing, 2020. p. 89 - 125.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAIT, Tania Fatima Calvi. **As mulheres na luta política**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

TSE. Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020. Disponível em:<<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>> Acesso em: 10 mar. 2021

WEIGERT, Daniele. De Cam a Maria: a escravidão e a liberdade no Paraná. In: PRIORI, Angelo (org.). **História do Paraná: novos caminhos e novas abordagens**. Curitiba: CRV, 2016. p. 39 - 55.

ZUBARAN, Maria Angélica. Pedagogias da imprensa negra: negociações de sentidos e transgressões simbólicas. In: SARAIVA, Karla. GUIZZO, Bianca Salazar (Orgs.). **Educação em um mundo de tensão: insurgências, transgressões, sujeições**. Canoas, RS: Editora ULBRA, 2017. p. 205 - 218.